

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO: ESTUDO DA INSTITUIÇÃO

Karla Vitória Da Cruz Alves (karla.alves.712@ufrn.edu.br)

Ana Luiza Guilhermina Da Silva (analuizaguilhermina@gmail.com)

Olivia Moraes De Medeiros Neta (olivianeta@gmail.com)

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo historiográfico sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, no período da Monarquia. A Escola foi criada, em 1876, por iniciativa de Dom Pedro II com o objetivo de “preparar engenheiros para a exploração das minas e para os estabelecimentos metalúrgicos” (BRASIL, 1876, p. 701). As fontes foram leis e decretos. Organizou-se uma planilha com as seguintes categorias: decreto, objetivo do decreto, formação, sede, curso e duração e disciplinas centrais. Foram analisados os decretos n. 6.026, de 6 de novembro de 1875, n. 8.727, de 4 de novembro de 1882 e o n. 9.448, de 27 de junho de 1885, partindo da leitura do Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial, disponível no Arquivo Nacional. O primeiro, criou a Escola de Minas em Ouro Preto, objetivando formar engenheiros para a exploração de minas e metalurgia, oferecendo um curso gratuito de dois anos. As disciplinas centrais incluíam as áreas da física, química, geometria, mineralogia, topografia e geologia, com foco em atividades práticas e excursões mineralógicas. A escola enfrentou dificuldades, como o baixo número de alunos, o que motivou a criação de um curso preparatório por meio da portaria n. 372, de 1877. O Decreto n. 8.727, de 1882, por sua vez, revisou o regulamento da Escola de Minas, mantendo o objetivo de formar engenheiros para a mineração e metalurgia. Introduziu dois cursos: preparatório (2 anos) e

superior (3 anos). O curso preparatório incluía disciplinas como aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, física, química e trabalhos práticos em diversas áreas. O curso superior englobava a mineralogia, física, química, matemática, mecânica e oferecia atividades práticas em metalurgia, geologia e visitas a fábricas. O Decreto n. 9.448, de 1885 trouxe modificações e ampliou as disciplinas, aumentando o número de professores e funcionários. A duração dos cursos foi de três anos para ambos os cursos. O curso geral, nos dois primeiros anos, atribuía o título de agrimensor e o título de engenheiro de minas passou a conferir os mesmos direitos e benefícios dos engenheiros civis, o que ampliava as oportunidades de trabalho (Glaber, 2014). As disciplinas centrais do curso geral envolvia Matemática, Física, Química, Geometria e Zoologia, e no superior, Geologia, Mineralogia, Mecânica, Metalurgia, Topografia e Construção Civil. Nos três decretos analisados, o objetivo era a formação de engenheiros especializados na lavra das minas e nos processos metalúrgicos. A evolução da carga horária do curso também ficou evidente: em 1875, o curso tinha dois anos, enquanto em 1882 introduziu o curso preparatório de dois anos e o curso superior de três anos, e em 1885, a duração de três anos para ambos os cursos. A Escola de Minas, com sede em Ouro Preto, seguiu a abordagem pedagógica de Jean-Baptiste L. Gorceix, que combinava teoria e prática, estimulando a criatividade e a pesquisa científica, diferenciando-se do ensino de outras escolas.

Palavras-chave: escola de minas; ouro preto; historiografia.